

Instituto Millenium.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2023 e
Relatório do auditor independente**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros e Administradores do Instituto Millenium

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Millenium ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis do Instituto acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira e o desempenho de suas operações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre o balanço patrimonial e abstenção sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as premissas de contabilização e apresentação estabelecidas pelo conselho fiscal e pela administração, e pelos controles internos que estes determinaram como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas atividades, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento destas. Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de maio de 2024.

IRKO Hirashima Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP020649/O-2

Assinado eletronicamente por:
Nilton Shimizu
CPF: ***.201.028-**
Data: 14/05/2024 14:43:56 -03:00



Nilton Shimizu
Contador CRC 1SP 142676/O-1

Instituto Millenium
Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023
(em reais – R\$)

Ativo	Nota	31.12.23	31.12.22	Passivo e patrimônio social	Nota	31.12.23	31.12.22
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	<u>23.894</u>	<u>127.742</u>	Fornecedores	4	1.489	10.989
		23.894	127.742	Obrigações tributárias		495	1.626
				Contas a pagar		-	4.532
Não Circulante				Adiantamento de Clientes	5	<u>9.426</u>	-
Impostos a Recuperar		9	-	Total do passivo		11.410	17.147
				Patrimônio social	2.6		
				Superávit acumulado		<u>12.493</u>	<u>110.595</u>
Total do ativo		23.903	127.742	Total do Passivo e patrimônio social		23.903	127.742

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Millenium
Demonstração do resultado
De 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Receitas			
Receitas com comunicação		2.196	-
Receitas com doações	6	<u>923.292</u>	<u>1.110.795</u>
Total das receitas		<u>925.488</u>	<u>1.110.795</u>
Despesas por natureza			
	7		
Despesas com pessoal		(538.500)	(284.222)
Serviços prestados por terceiros		(392.436)	(618.631)
Despesas gerais e administrativas		<u>(84.760)</u>	<u>(188.925)</u>
Total de despesas		<u>1.015.696</u>	<u>1.091.778</u>
Déficit/Superávit antes do resultado financeiro		<u>(90.208)</u>	<u>19.017</u>
Resultado financeiro líquido			
	8		
Receitas financeiras		1.289	10.321
Despesas Financeiras		<u>(9.183)</u>	<u>(7.867)</u>
Total resultado financeiro		<u>7.894</u>	<u>2.454</u>
Déficit/Superávit		<u>(98.102)</u>	<u>21.470</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Millenium

Demonstração das mutações do patrimônio social em 31 de dezembro de 2023

Em reais

	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>89.124</u>	<u>89.124</u>
Superávit do exercício	21.470	21.470
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>110.595</u>	<u>110.595</u>
Déficit do exercício	(98.102)	(98.102)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>12.493</u>	<u>12.493</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Millenium
Demonstração dos fluxos de caixa
em 31 de dezembro de 2023
Em reais

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit/Superávit dos exercícios	(98.102)	21.470
Ajustes de:		
Provisão para contas a pagar e fornecedores	-	15.521
	<u>(98.102)</u>	<u>36.992</u>
Variações no capital circulante		
Adiantamento a fornecedores	-	554
Impostos a Recuperar	(9)	-
Fornecedores	(9.500)	(39.401)
Contas a pagar	(4.532)	(3.132)
Adiantamentos de clientes	9.426	-
Obrigações tributárias	<u>(1.131)</u>	<u>(127)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(103.848)	(5.116)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(5.116)</u>	<u>(5.116)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	127.742	132.858
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>23.894</u>	<u>127.742</u>
Varição no caixa e equivalentes no exercício	<u>(103.848)</u>	<u>(5.116)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

O Instituto Millenium (“Instituto” ou “Imil”) é uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária. Com um quadro de formadores de opinião e influenciadores, o denominado “*think tank*” considera-se um centro de pensamento voltado para o livre mercado, onde promove explicações da agenda liberal no Brasil, por meio de conteúdos técnicos, analíticos e confiáveis, com o objetivo de informar, educar e transformar o país.

O Imil é mantido pela contribuição de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, sem receber verbas públicas. Observa as mais rigorosas regras de governança, contando, inclusive, com auditoria externa para que não haja conflitos de interesse e a organização possa manter sua independência e credibilidade.

Fundado em 2005, com o nome de Realidade Nacional, foi oficialmente lançado em abril de 2006, durante o Fórum da Liberdade, em Porto Alegre. A titularidade representa o reconhecimento como uma entidade que defende interesses públicos e, principalmente, valores e princípios democráticos que pautam o desenvolvimento do país.

Todas as atividades do Imil são planejadas e aprovadas pelo Conselho de Governança e pelo Conselho Fiscal em reuniões periódicas. Os debates promovidos pelo Imil contam com o apoio de uma rede ampla formada por mais de 150 especialistas, como economistas, advogados, sociólogos, cientistas políticos, jornalistas, educadores, entre outros.

Em setembro de 2021 o Instituto passou por uma reestruturação na qual foi substituída a administração e importantes prestadores de serviços, contando também com o apoio de conselheiros com alta experiência em governança corporativa, *compliance*, controles internos, gestão de riscos, tributação e contabilidade, passando a adotar os procedimentos de controle e governança de forma estruturada a partir desta reestruturação.

Continuidade operacional

Para continuidade de suas ações, o Instituto possui a dependência econômica da continuidade das doações advindas de mantenedores e apoiadores dos projetos elaborados pelo Instituto, além do avanço do Instituto na geração de associados, novos apoiadores, receitas de eventos e publicações, além do apoio voluntário de especialistas que contribuem para a elaboração dos conteúdos, estudos, participação em debates, entre outros. O instituto, passou a realizar ações afirmativas em áreas consideradas estratégicas, especialmente em redes sociais e demais veículos de alto impacto social, além da organização e participação em eventos com temas relevantes, apresentando avanços nos níveis de engajamento com as publicações do Instituto. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando a continuidade operacional do Instituto, considerando que sua administração entende que os projetos terão seus financiamentos mantidos, além da expectativa sobre os resultados das ações estratégicas realizadas.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis, possuem o propósito específico de prestação de contas da atual administração do conselho fiscal. As políticas contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - CPC PME ("Contabilidade para pequenas e médias empresas), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), incluindo as disposições Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidade sem finalidade de Lucros", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, exceto pela apresentação comparativa de doze meses do balanço patrimonial e do resultado do exercício.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações contábeis de acordo com as normas que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Provisões para demandas judiciais (que não há processos para provisionamento ou divulgação de saldos de perdas classificadas como possíveis).

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.6. Patrimônio social

Em conformidade com o seu estatuto, o patrimônio social é constituído, por bens móveis e imóveis, ações, títulos, valores e direitos que lhes pertencem ou que venham a pertencer, e as doações, legados e outras contribuições, subvenções e auxílios de qualquer natureza, realizado por indivíduos ou pessoas jurídicas de direito privado nacionais, internacionais ou de outros países destinadas especificamente a

incorporação do seu patrimônio.

Os superávits (déficits) apurados são integralmente aplicados na consecução e desenvolvimento de seus objetivos sociais. Os recursos não podem ser utilizados para concessão de empréstimos a seus membros ou associados a qualquer título. O Imil não fará qualquer distribuição de patrimônio, rendas, bonificações ou vantagens, sob qualquer forma ou pretexto, a dirigentes, conselheiros, mantenedores, benfeitores, instituidores, associados e colaboradores, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento.

2.7. Reconhecimento da receita

A receita compreende as contribuições periódicas ou eventuais de pessoas físicas ou jurídicas, doações, legados, subvenções, auxílios, entre outros. O Instituto reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) os valores financeiros são recebidos pelo Instituto e estão disponíveis para utilização em seus projetos.

(i) Receita financeira

A receita financeira é proveniente da mensuração subsequente das aplicações financeiras, é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

2.8. Tributos incidentes sobre as atividades

O Imil é uma Entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias do Instituto, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social - PIS, contribuição calculada a base de 1% sobre o montante da folha de pagamento; (b) isenta do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras, mediante apresentação de declaração às instituições financeiras, confirmando ser uma entidade sem fins lucrativos; (c) isenta do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN; e (d) isenta do pagamento do Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre as receitas próprias de sua atividade social.

2.9. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023

O Imil não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.10. Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

O Imil não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não geraram impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade.

Instituto Millenium
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)



3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.12.23</u>	<u>31.12.22</u>
Bancos conta movimento	10	10
Aplicação financeira	<u>22.882</u>	<u>127.732</u>
	<u>23.894</u>	<u>127.742</u>

As aplicações financeiras são representadas por aplicações de liquidez imediata (fundo de renda fixa), registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores. Os valores referem-se aos montantes utilizados pelo Instituto no curso para pagamento das obrigações recorrentes e tem como origem as fontes de receita, especialmente por meio de doações.

4. Fornecedores

	<u>31.12.23</u>	<u>31.12.22</u>
Prestadores de serviços recorrentes	-	572
GBR Participações S.A.	1.489	7.039
Octahedron Serv. Consult. Dados	-	3.379
	<u>1.489</u>	<u>10.989</u>

5. Adiantamento cliente

	<u>31.12.23</u>	<u>31.12.22</u>
Adiantamento de clientes	9.426	-
	<u>9.426</u>	<u>-</u>

Instituto Millenium
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2023
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)



6. Receitas com doações

A integralidade das receitas registradas se referem as doações recebidas de terceiros pessoas físicas e jurídicas com o objetivo de custear ações e projetos do Instituto. Conforme apresentado na demonstração do resultado do exercício, o total das doações recebidas no exercício foi de R\$ 923.292 (R\$ 1.110.795 no exercício de 2022).

7. Despesas por natureza

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Despesas com		
Serviços de marketing	(319.759)	(414.978)
Prestadores de serviços recorrentes	(538.500)	(284.222)
Serviços de consultoria	(49.707)	(213.100)
Feiras e eventos	(37.588)	(60.498)
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(7.150)	(47.296)
Taxi, conduções e quilometragem	(18.564)	(28.111)
Auditoria	(10.600)	(15.627)
Assistência contábil	(8.261)	(14.530)
Serviços audiovisuais	-	(7.058)
Telefone e internet	(1.553)	(2.135)
Despesas de cartório	(7.561)	(2.124)
Outros serviços de pessoa jurídica	(4.110)	(830)
Serviços de tradução	-	(750)
Material de escritório	(7.266)	(519)
Locação de equipamentos	(5.077)	-
Seguros	-	-
	<u>(1.015.696)</u>	<u>(1.091.778)</u>
Classificadas como		
Despesas com pessoal	(538.500)	(284.222)
Serviços prestados por terceiros	(392.436)	(618.631)
Despesas gerais e administrativas	(84.760)	(188.925)
	<u>(1.015.696)</u>	<u>(1.091.778)</u>

8. Receitas e despesas financeiras

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Receitas Financeiras		
Rendimentos aplicações financeiras	1.289	10.321
	<u>1.289</u>	<u>10.321</u>
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(6.189)	(5.483)
IOF	(1.841)	(1.479)
Despesas de juros e multas	(1.153)	(905)
	<u>(9.183)</u>	<u>(7.867)</u>
Receitas financeiras líquidas	<u>(7.894)</u>	<u>(2.454)</u>

9. Instrumentos financeiros

a) Classificação

O Instituto classifica seus ativos financeiros sob a categoria de custo amortizado. Seus passivos financeiros são classificados sob a categoria de outros passivos financeiros, também ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial. O instituto não opera com instrumentos financeiros derivativos.

b) Custo amortizado

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os ativos financeiros classificados nesta categoria, anteriormente denominados empréstimos e recebíveis, compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "adiantamento a fornecedores".

c) Outros passivos financeiros

São passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, mensurados ao custo amortizado, que não são cotados em um mercado ativo. Incluídos como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estas são classificadas como passivo não circulante). Os outros passivos financeiros do Instituto compreendem "Fornecedores" e "Obrigações tributárias",.

d) Reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual o Instituto se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Instituto tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Empresa não possui ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022 classificados em outras categorias. São demonstrados abaixo os instrumentos financeiros apresentado no balanço patrimonial, assim como suas classificações:

	<u>31.12.23</u>	<u>31.12.22</u>
Ativos financeiros		
Empréstimos e recebíveis (custo amortizado)		
Caixa e equivalentes de caixa	23.894	127.742
Impostos a Recuperar	9	
	<u>23.903</u>	<u>127.742</u>
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	1.489	10.989
Obrigações tributárias	495	1.626
Adiantamentos de Clientes	9.426	-
Contas a pagar	-	4.532
	<u>11.410</u>	<u>17.147</u>

10. Avais Fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidor em 2023.

11. Cobertura de seguros

O Instituto não possui seguros contratados, considerando a natureza dos seus serviços e ausência de ativos com necessidade de contratação deste serviço.

O escopo do trabalho dos nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência ou necessidade da cobertura de seguros, que foi determinada pela Administração da Entidade.

Carmem de Faria Granja
Contadora
CRC 1SP 127256/O-2
CPF: 255:305.558-70

Sebastião Ventura Pereira da Paixão Junior
Presidente do Conselho

* * *



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: LLRAZ-P9LF6-HQ9D3-YKCRP

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ Nilton Shimizu (CPF ***.201.028-**) em 14/05/2024 14:43 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
186.204.182.52	Lat: -23,567301 Long: -46,636772
	Precisão: 25 (metros)
Autenticação	nilton.shimizu@irkohirashima.com.br
Email verificado	
dVNSyLy11UI0OwxmNbaw4RimfY4UtMT9FeC0774Ww34=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.silosign.com.br/validate/LLRAZ-P9LF6-HQ9D3-YKCRP>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.silosign.com.br/validate>